

AS FACES DO PATRIARCADO E DO CAPITALISMO NA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Paulo Roberto Teixeira de Godoy¹
Anelise Martins Barboza²

RESUMO

O presente artigo busca apresentar a relação direta existente entre o patriarcado, o capitalismo e o fenômeno da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCCA). Assim, ao considerar que a atuação conjunta de ambos os sistemas leva a dominação, objetificação, mercantilização e exploração dos corpos femininos, observa-se que a exploração sexual comercial dos corpos infanto-juvenis se apresenta como algo intrinsecamente ligado a este processo, tendo em vista que tal violência é perpetrada majoritariamente contra corpos femininos e que parte de uma relação mercantilizada.

Palavras-chave: Patriarcado. Capitalismo. Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.

ABSTRACT

This article seeks to present the direct link between patriarchy, capitalism and the phenomenon of the commercial and sexual exploitation of children and adolescents (CSECA). Thus, when considering that the joint action of both systems leads to the domination, objectification, commodification, and exploitation of female bodies, it is observed that the commercial sexual exploitation of children and adolescents' bodies is intrinsically linked to this process, considering that such violence is perpetrated mostly against female bodies and that it is based on a commodified relationship.

Keywords: Patriarchy. Capitalism. Sexual and Commercial Exploitation of Children and Adolescents.

¹ Possui Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1991), Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1996) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Pós-Doutorado na Universidade de São Paulo (2018-2019) Atualmente é Livre-Docente na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Geografia humana, com estudos em história do pensamento geográfico, geografia histórica do capitalismo, valorização capitalista do espaço e teoria marxista do valor.

² Graduanda do curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) no Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Departamento de Geografia e Planejamento Territorial na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" no município de Rio Claro.

INTRODUÇÃO

Historicamente, os diversos âmbitos da sociedade, desde a organização familiar até a formação dos Estados e as organizações religiosas, se desenvolveram com base na dominação masculina devido a diversos fatores que permearam as vivências humanas ao longo da história (LERNER, 2019). Em posição subalternizada, as mulheres foram postas como objetos de satisfação masculina, seja através da prestação de serviços domésticos, sexuais ou reprodutivos, sendo designado a elas comportamentos como obediência e passividade. Neste modelo de sociedade, a qual se entende a partir da existência de um sistema patriarcal de gênero, ou seja, de um regime de dominação-exploração da categoria social homem sobre a categoria social mulher, o controle se configura como um elemento central da cultura resultante deste sistema de opressão, de modo a atender aos interesses de determinados grupos e classes que exercem esta dominação (SAFFIOTI, 2015).

Com o surgimento do sistema capitalista, o patriarcado se moldou ao novo regime econômico, de modo a garantir a sua sobrevivência na estrutura social vigente. Embora de maneira contraditória, manipulando discursos de liberdade e igualdade, os mecanismos de dominação-exploração foram severamente aprofundados. Assim, a centralidade aos valores de controle presentes no sistema patriarcal, se estenderam significativamente a partir do desenvolvimento do capitalismo, de modo que o corpo passou a ser mecanizado e destituído de suas teleologias intrínsecas³. Nesse contexto, o corpo feminino se tornou alvo de uma batalha extremamente violenta que permeou todas as esferas da sociedade.

Sob a Ordem do Capital, o patriarcado aderiu a novas formas de opressão, contribuindo mutuamente para a permanência de ambos os sistemas. Como resultado destes processos históricos, meninas e mulheres foram submetidas a uma realidade violenta que visa, ainda atualmente, a geração de ganhos econômicos sob os corpos femininos e a manutenção hierárquica de gênero na sociedade. Deste modo, a vivência de crianças e adolescentes têm sido violentamente atravessadas pela reprodução sistêmica deste regime de dominação-exploração.

A fim de adentrar na relação entre patriarcado, capitalismo e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCCA), inicialmente será abordado o entendimento dos conceitos de patriarcado e gênero, bem como serão apresentadas as características principais da

³ Na obra *Calibã e a Bruxa*, Federici (2017) aponta teleologia intrínseca como: “[...] as “virtudes ocultas” atribuídas ao corpo tanto pela magia natural quanto pelas superstições populares da época [...]”, as quais, sendo destituídas, buscavam tornar as operações do corpo inteligíveis e controláveis, subordinando-os ao trabalho.

lógica deste sistema. Em seguida, busca-se evidenciar a capacidade metamórfica do patriarcado a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, apontando como a posição socialmente destinada à mulher, já subalternizada, foi sendo instrumentalizada pelo Capital como meio de assegurar a máxima capacidade de lucro. Por fim, tendo sido abordado o caráter violento de opressão sob o qual meninas e mulheres estão sendo diariamente submetidas será abordado a compreensão da dominação-exploração quando vinculada ao fenômeno da ESCCA, tendo em vista que as vítimas são majoritariamente meninas. A partir disso, serão apresentadas as principais características desta modalidade de violência sexual, de modo a evidenciar suas particularidades e complexidade na sua relação com o capitalismo e o patriarcado.

PATRIARCADO E GÊNERO

O termo patriarcado evidencia um processo histórico que levou ao estabelecimento e a institucionalização do sistema de dominação-exploração exercidos pelos homens sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2015) que se desenvolveu ao longo de 2.500 anos até a sua consolidação, e o qual esteve presente nos diversos âmbitos da sociedade desde a sua formação (LERNER, 2019). Nesse sentido, Saffioti (2015) aponta que o patriarcado se configura a partir de uma relação hierarquizada de caráter civil e não privado, reafirmando sua presença nas diferentes esferas sociais. Desse modo, segundo a autora, a estrutura do poder patriarcal se fundamenta na ideologia e na violência, atribuindo aos homens o poder sobre as mulheres e direitos sexuais sobre elas quase sem restrição.

Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão, [...] (SAFFIOTI, 2015, p. 112).

Dentro da lógica patriarcal, uma das principais formas de dominação é através da domesticação dos corpos. Nesse cenário, o homem, como categoria social, ocupa a função de comando em todos os espaços sociais, assim, características como liderança, brutalidade, autoconfiança são ensinadas e estimuladas aos homens desde a infância de modo a direcioná-los à vida pública. A mulher, por sua vez, é relegada a um papel inferiorizado em que lhes é ensinado a importância da obediência e da docilidade. Assim, mesmo estando presentes no mercado de trabalho, a elas é preferível atividades voltadas ao cuidado, de modo que suas ações no espaço público estejam diretamente relacionadas ao que lhes é esperado no espaço privado.

Aruzza (2015), na mesma perspectiva que Saffioti⁴ (1987), compreende o patriarcado como um sistema de relações materiais e culturais de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres. Neste sentido, o entendimento da construção social do “ser homem” e “ser mulher” é importante à medida que apresenta como se dão as relações sociais, portanto, se faz necessário pontuar as contribuições a respeito do conceito de gênero.

Embora tenha sido utilizado e conceituado pela primeira vez em 1968 por Robert Stoller, foi somente com Joan Scott que a discussão sobre gênero passou a ter espaço no Brasil a partir da década de 1990 (SAFFIOTI, 2015). Assim, a definição de gênero trazida por Scott (1986) o compreende em duas partes, primeiramente como um componente das relações sociais fundamentadas nas diferenças entre os sexos e ainda no entendimento do gênero como uma maneira de significar as relações de poder. Deste modo, nota-se a defesa da autora no entendimento de gênero como algo culturalmente elaborado a partir das diferenças biológicas entre os sexos e o qual resulta e embasa as relações de poder, colocando-o como uma categoria de análise de tais relações, bem como classe social e raça. Neste sentido, a concepção de sexo parte das definições biológicas de cada sujeito, enquanto o gênero se constrói a partir das relações socioculturais que significam as diferenciações entre os sexos, portanto, trata-se da identidade de cada sujeito e não somente dos papéis sociais a eles atribuídos.

No entanto, para Saffioti (2015), o conceito de gênero por si só não evidencia uma disparidade entre homens e mulheres, pois, para que esta fique evidente, é necessário abordar as relações de gênero dentro do sistema patriarcal. Assim como aponta Silva (2020), as relações de gênero são construídas socialmente de maneira hierárquica, evidenciando uma das principais características do patriarcado e do capitalismo, a desigualdade entre os sujeitos sociais. Como forma de manter essa estrutura assimétrica de poder, Silva (2020), com base em Saffioti (2001), aponta que a violência se apresenta como um instrumento garantidor das relações desiguais de poder, expressando o poder dos homens e a conformação/dominação das mulheres.

Como vem sendo afirmado até aqui, essas relações de poder são construídas socialmente de modo que o homem se apresenta perante a sociedade como um ser privilegiado, dominador, dotado de poder decisivo frente às demais categorias sociais, sendo permitido a eles o controle sobre os diversos corpos, através do uso dos variados tipos de violência. Nesse sentido, há as violências de caráter explicitamente sexistas, machistas e misóginas, onde é evidente a demonstração de dominação masculina, como é o caso das violências que se utilizam da força física. No entanto, a dominação masculina ainda pode se apresentar de maneira silenciosa e,

⁴ Saffioti (2015) argumenta que o patriarcado possui uma base material, logo, corporifica-se.

inicialmente, imperceptível entre as relações de gênero. Como argumenta Bourdieu (2012, p. 8) este tipo de violência ocorre “[...] pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.” Para Saffioti (2001):

A violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes a esta hierarquia, como já havia, há muito, revelado. É exclusivamente neste contexto que se pode falar em contribuição de mulheres para a produção da violência de gênero. Trata-se de fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres. Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum (SAFFIOTI, 2001, p. 118-119).

Como afirma Silva (2020), tais violências são decorrentes das relações sociais construídas sob o sistema patriarcal. Deste modo, compreende-se a violência como uma das características principais deste sistema, o qual perpassa as formas de pensar, sentir e agir de todos os sujeitos (OLÍVIO, 2015). Assim, ao considerar a definição de patriarcado segundo a visão de Saffioti (2015), faz-se necessário compreender como a Ordem do Capital atua na opressão e dominação-exploração das mulheres em consonância com o sistema patriarcal.

PATRIARCADO E CAPITALISMO

Embora a história da subordinação das mulheres não remonte ao início do sistema capitalista, foi neste período em que o patriarcado - entendido como o regime histórico de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2015) - adquiriu novas formas de atuação através do seu processo simbiótico junto ao sistema capitalista.

É evidente que a menção a um sistema de dominação-exploração exige a existência de um grupo que se sobressaia a outro ou aos demais, exercendo a ação de controle e poder. Nesse sentido, Saffioti (1987) afirma que o processo simbiótico⁵ entre o patriarcado, o racismo e a estrutura de classes sociais, beneficia as classes dominantes pois consolida os privilégios e o poder do homem branco e adulto. No entanto, dentro do próprio grupo de mulheres há divisões que as colocam em posições diferentes na sociedade. Como afirma Federici (2019, p. 08) “[...] as hierarquias sexuais quase sempre estão a serviço de um projeto de dominação que só pode se sustentar por meio da divisão, constantemente renovada, daqueles a quem se procura

⁵ Saffioti (1989) caracterizou este processo simbiótico como “nó patriarcado-racismo-capitalismo”.

governar.” Assim, o sistema de dominação-exploração em suas múltiplas facetas, se encarregou de criar divisões entre as mulheres, garantindo sua subordinação.

Nesse histórico, o ápice da “Revolução Urbana”, permitiu que, dentre outros aspectos sociais transformados neste período, a subordinação feminina e a regulamentação sexual das mulheres passassem a ser institucionalizadas pelo Estado, sendo expressas através dos primeiros códigos e leis, categorizando as mulheres em respeitáveis e não respeitáveis, de acordo com sua atividade sexual (LERNER, 2019). Nesse cenário, Lerner (2019) afirma que enquanto a classe para um homem significava sua atuação profissional ou o status social de seu pai, para as mulheres a classe estava diretamente ligada à existência ou não de uma relação de proteção com um homem, bem como a seus comportamentos sexuais. Nesse entendimento, a autora afirma que a divisão de classes para as mulheres, se deu por meio da separação e classificação das mulheres, dividindo por um lado privilégios para as mulheres respeitáveis e mais opressão para as consideradas não respeitáveis.

No entanto, embora esta realidade tenha sido construída durante a formação dos Estados Arcaicos, a vivência das mulheres no período escravocrata brasileiro não se distancia muito daquela percebida na origem dos Estados. Como aponta Saffioti (1979), durante este período, mulheres brancas e negras ocupavam espaços bem delimitados na estrutura social. Enquanto o controle sexual sobre as mulheres brancas as colocava como castas e defensoras dos valores de proteção à família, a mulher negra, além de escravizada, era posta em uma posição extremamente sexualizada, sendo que dentre os trabalhos impostos pela escravização, a elas incluíam serviços sexuais aos senhores.

Com o advento do capitalismo a condição social das mulheres ganhou novos contornos. A compreensão do termo em questão se fundamenta na concepção de um modo de produção, reprodução e, como aponta Arruzza (2015), um sistema de relações sociais. Segundo Miguel (2017), embora haja controvérsias em alguns aspectos de sua vigência, a caracterização deste sistema pode ser entendida como consensual, abarcando

[...] a separação entre trabalhadores e instrumentos de trabalho, a propriedade privada dos meios de produção, o controle privado do investimento, a apropriação privada da riqueza, o assalariamento de uma mão de obra formalmente livre e a produção de bens voltada precipuamente para a troca mercantil (MIGUEL, 2017, p. 1222).

Neste sentido, o sistema capitalista se apresenta intrinsecamente dependente das estruturas sociais desiguais, como o patriarcado e o racismo. Dessa forma, a vivência das mulheres, dentro da sociedade capitalista, se configura como subalterna nas múltiplas questões

que envolvem a dinâmica social sob este sistema. No mesmo sentido apontado por Saffioti (1987), Federici (2017) argumenta que:

[...] o capitalismo, enquanto sistema econômico social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo. O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais – a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a “natureza” daqueles a quem explora: mulheres, súditos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização (FEDERICI, 2017, p. 37).

No entanto, é certo que ao longo do percurso histórico, mudanças sociais, culturais ou econômicas não acontecem isoladamente, tendo em vista que transformações em determinadas questões podem gerar respostas em todos os aspectos da vida social. No processo de transição do feudalismo para o capitalismo, a nova realidade demandou mudanças tanto nas relações econômicas como nas relações sociais entre os indivíduos. Apesar disso, a dominação masculina se manteve diante desta nova realidade. Assim, as mulheres não foram apenas submetidas a transformação de um sistema de opressão que agora apresentava um duplo ou triplo caráter de dominação-exploração. Assim como defende Federici (2017), as mulheres se constituíram como elementos centrais no processo de acumulação primitiva, visto que este não se estabeleceu apenas como um processo acumulativo e concentrador de capitais e trabalhadores, mas sim “[...] de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, na qual as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno” (FEDERICI, 2017 p. 112).

Ainda segundo a autora, o surgimento de uma nova divisão sexual do trabalho, a formação de uma nova ordem patriarcal, a transformação do corpo - principalmente o das mulheres - em máquina e a caça às bruxas constituem elementos centrais na compreensão do processo de acumulação primitiva. Neste entendimento, Federici (2017) coloca as caças às bruxas como elemento principal nesse processo, sendo, inclusive, colocado no mesmo patamar de importância que a colonização e a expropriação de terras, bem como sendo a marca do aprofundamento, a nível de opressão, do sistema patriarcal.

Apesar da já existente divisão sexual do trabalho, nas sociedades que precederam o modelo industrial, os locais de trabalho de homens e mulheres não se diferenciavam, tendo em vista que não havia separação entre funções familiares e funções de trabalho (SOUZA, 2016). Com o processo de acumulação primitiva, o modo de produção capitalista forçou a transformação da família, partindo do modelo camponês para o nuclear. De acordo com Arruzza

(2015, p. 45), é neste momento que a família deixa de “[...] representar a unidade de produção com um papel produtivo específico [...]” e passa a ser um espaço unicamente de reprodução da vida.

Segundo De Souza Ramos (2020), a implantação do novo modelo de produção significou a separação do trabalho produtivo, o qual se deslocou para fora do ambiente familiar, do trabalho reprodutivo e improdutivo, que permaneceram no espaço privado e passaram a ser sistematicamente desvalorizados e invisibilizados. Nesse cenário, considerando que tanto o trabalho reprodutivo quanto o improdutivo não são remunerados, ao passo que o trabalho produtivo é assalariado, o sistema capitalista passou a exercer o controle dos corpos e dos trabalhos realizados no âmbito doméstico através do salário, configurando uma estrutura social na qual o papel social da mulher foi novamente desvalorizado em relação ao antigo modelo de produção. Deste modo, Souza (2016) aponta que:

Ao separar esses mundos, valorizando moralmente o mundo da produção e tornando o da reprodução ideologicamente desvalorizado, o capital garantia ambos, enquanto dividia ao meio a classe trabalhadora entre homens e mulheres, e não remunerava as essenciais tarefas de reprodução. O trabalho da mulher continuava a existir, mas subsumido pelas atividades exercidas pelo homem fora de casa. Essa separação em que às mulheres coube a casa – excluídas, assim, da economia dominante, isto é, do sistema de assalariamento – reforça a opressão por meio desta nova dependência econômica (SOUZA, 2015, p. 179).

Diante da simbiose entre patriarcado e capitalismo, este último reproduziu as estratégias de dominação-exploração historicamente empregadas pelo patriarcado e colocou o controle sobre o corpo das mulheres como tática fundamental para a reprodução do capital. Assim, De Souza Ramos (2020, p. 207-208) argumenta que os corpos das mulheres são transformados “[...] em fábricas de força de trabalho disponíveis para a produção e a reprodução de capital”, marcando o processo de construção da classe trabalhadora.

Com isso, o controle sob o corpo feminino passa a exercer um papel central nas dinâmicas sociais. Segundo Federici (2017), a crise populacional dos séculos XVI e XVII, o medo que a burguesia tinha do proletariado - principalmente das mulheres - e o crescimento das relações econômicas e da privatização da propriedade, foram alguns dos fatores que levaram o Estado e os grupos intelectuais a pautarem e a desenvolverem mecanismos de controle sobre o corpo das mulheres, tanto referente a reprodução quanto a sexualidade. Como exemplo disso, a autora argumenta que

Na França e na Alemanha, as parteiras tinham que se tornar espãs do Estado se quisessem continuar com a prática. Esperava-se delas que informassem sobre todos os novos nascimentos, que descobrissem os pais de crianças nascidas fora do casamento e que examinassem as mulheres suspeitas de ter dado à luz em segredo.

Também tinham que examinar as mulheres locais, buscando sinais de lactância, quando eram encontradas crianças abandonadas nos degraus das igrejas (Wiesner, 1933, p. 52). O mesmo tipo de colaboração era exigida de parentes e vizinhos. Nos países e nas cidades protestantes, esperava-se que os vizinhos espiassem as mulheres e informassem sobre todos os detalhes sexuais relevantes: se uma mulher recebia um homem quando o marido estava ausente, ou se entrava numa casa com um homem e fechava a porta (Ozment, 1983, pp. 42-4). Na Alemanha, a cruzada pró-natalista atingiu tal ponto que as mulheres eram castigadas se não faziam esforço suficiente durante o parto, ou se demonstravam pouco entusiasmo por suas crias (Rublack, 1996, p. 92) (FEDERICI, 2017, p. 177-178).

Ao evidenciar a perseguição a que as mulheres estavam submetidas, Federici (2017) demonstra como as práticas de manipulação e controle do corpo feminino se impregnou na estrutura das relações sociais, desde as mais simples até as mais complexas. Assim, as mulheres foram colocadas sob um regime de vigilância constante por todos os agentes presentes cotidianamente em suas vidas. Como resultado do domínio dos homens e do Estado sobre o corpo feminino, as mulheres foram escravizadas para a procriação, a qual servia diretamente o interesse burguês para a acumulação capitalista (FEDERICI, 2017). Deste modo, tendo em vista a vigência do sistema patriarcal e a ideia de que os corpos femininos constituem posse dos homens, a violência sexual contra as mulheres esteve sempre presente.

Nesse cenário, as mulheres foram invisibilizadas de sua condição de trabalhadoras. A maternidade, assim como o trabalho reprodutivo e afetivo foram relegados à condição de natureza feminina, portanto, passaram a ser considerados aspectos intrínsecos às mulheres. A partir dessa visão, o trabalho exercido no espaço privado passou a ser visto como uma obrigação das mulheres. Assim, ao serem as responsáveis pela produção da principal mercadoria dentro do sistema capitalista, as mulheres passaram a exercer um papel decisivo para este sistema. No entanto, as estruturas de dominação do capital garantiram que tal papel permanecesse nas sombras, a fim de manter a ordem social baseada na desigualdade de gênero. Ainda segundo Federici (2017):

[...] as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade. Os ecos desta “apropriação primitiva” podem ser ouvidos no conceito de “mulher comum” (Karras, 1989), que, no século xvi, qualificava aquelas mulheres que se prostituíam. Porém, na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos (FEDERICI, 2017, p. 191).

Como afirmado anteriormente, a relação entre os sistemas de dominação-exploração é contraditória. Com o desenvolvimento do sistema capitalista, as mulheres passaram a ser

inseridas no mercado de trabalho, principalmente na segunda metade do século XX (Madalozzo, Martins & Shiratori, 2010). Porém, é importante destacar que enquanto as mulheres brancas das classes mais abastadas da sociedade reivindicavam um espaço no mercado de trabalho anteriormente a este período, as mulheres negras e proletárias já estavam inseridas nas dinâmicas de trabalho assalariado e sendo exploradas enquanto tal. Assim, embora as mulheres tenham se deslocado do espaço privado para público a fim de exercer um trabalho remunerado, o trabalho doméstico e afetivo permaneceu como uma responsabilidade feminina devido a sua histórica naturalização. Com isso, as mulheres foram submetidas a uma dupla ou tripla jornada de trabalho, visto que o cuidado com os filhos e a realização das atividades domésticas, permanecem, majoritariamente, sendo realizadas por mulheres.

Em vista disso, observa-se que, embora o surgimento do sistema capitalista tenha forçado novas formas de interação e participação social, como a entrada da mulher no mercado de trabalho, tais dinâmicas tiveram como base a dominação-exploração masculina. Nesse contexto, o corpo da mulher se constituiu como um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento e a consolidação do sistema capitalista. Assim, entende-se que a simbiose entre os sistemas de dominação-exploração, o nó a que Saffioti faz referência, se constituiu e se mantém a partir de um processo violento e constante de opressão a mulheres e meninas desde o início de suas vidas.

EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Os processos históricos que resultaram na atual configuração social, a qual é marcada pela conexão entre os diversos sistemas de dominação-exploração e por sua consolidação na forma de organização da sociedade, apresenta como consequência diferentes tipos de violência entre os sujeitos, perpetradas, principalmente, contra as categorias sociais subalternizadas. Nesse contexto, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCCA) manifestou-se como reveladora de diversas questões sociais, dentre elas a relação entre o patriarcado e o capitalismo.

Determinado pelo I Congresso Mundial de Estocolmo no ano de 1996, o conceito de exploração sexual comercial surge da necessidade de compreender o que antes era chamado de “prostituição infanto-juvenil”. No entanto, este termo, além de expressar uma imprecisão conceitual, demonstrava uma distorção sobre o fenômeno ao qual essa parcela da população

estava submetida (MELLO, L.C.A., & FRANCISCHINI, R., 2010). Segundo Libório (2004), o termo “prostituição infanto-juvenil” pressupõe a possibilidade da criança e/ou adolescente ter optado por si próprio a seguir este caminho como modo de vida, visto que a palavra “prostituição” remete a atuação de adultos. Deste modo, o termo também sugere que crianças e adolescentes inseridas neste contexto sejam, em parte, responsabilizadas pela situação social em que vivem, colocando-as como agentes da própria condição e tirando-lhes a única classificação a que lhes cabe, a de vítimas.

Diante das diferentes terminologias associadas ao fenômeno, Silva (2014) aponta a exploração sexual comercial como um conceito guarda-chuva, sob o qual se insere suas diferentes modalidades. Nesse sentido, Leal (1999) apresenta que o Instituto Interamericano Del Niño, no ano de 1998, estabeleceu quatro modalidades de ESCCA, sendo elas: prostituição, turismo sexual, pornografia e tráfico para fins sexuais. Tais modalidades não se apresentam de forma isolada, ao contrário, são facilmente interconectadas, podendo uma desencadear as outras (Faleiros, 2004; Sousa, 2008; Libório, 2004).

Apesar de o conceito em si não apresentar um consenso⁶, para Leal e Leal (2002) o fenômeno da ESCCA pode ser definido como:

Uma relação mercantilizada (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado), ou por pais ou responsáveis e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda). (LEAL & LEAL, 2002, p. 81).

Como evidenciado, esta relação mercantilizada tem como base relações de exploração e dominação. Nesse sentido, o conceito de dominação-exploração ou exploração-dominação, como já utilizado anteriormente, se refere ao “[...] processo de sujeição de uma categoria social com duas dimensões: a da dominação e a da exploração.” (SAFFIOTI, 2001, p. 107). Segundo Saffioti (2001), a noção de dominação pressupõe subordinação, tornando-se evidente que tal relação se pauta na existência de, no mínimo, dois sujeitos. Neste caso, a criança e/ou o adolescente é dominado e explorado por um adulto, podendo este ter laços familiares com a

⁶ Mello, L. C. A., & Francischini (2010, p. 155) argumentam que: “Vários autores (Dos Santos, Ippolito & Neumann, 2004; Araújo, 1996; Leal, 1999; Faleiros, 2000) e documentos oficiais – nacionais e internacionais – (Convenção 182 da OIT; Protocolo Facultativo da Convenção sobre os direitos da criança e do adolescente, 2000; Declaração de Estocolmo, 1996; Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes, 2000, citados por Dos Santos, 2007) apontam para conceituações diferenciadas de Exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes e Prostituição infanto-juvenil”.

vítima ou ser um desconhecido. Ainda segundo a autora, ambas as partes, ou seja, aqueles que promovem a dominação e aqueles que são dominados, atuam constantemente nesta relação.

Trata-se de um fenômeno de extrema complexidade que envolve diversas faces da realidade social, dentre elas o adultocentrismo, o qual coloca a criança e/ou adolescente como ser inferior em relação ao adulto; o patriarcado, responsável pela hierarquização entre os gêneros; e o capitalismo sob o qual, dentre outras consequências, há o aprofundamento e o aumento da reificação e da mercantilização dos corpos femininos.

No que se refere à relação adulto-criança, Ariès (1981, p. 9) aponta que a sociedade tradicional “[...] via mal a criança, e pior ainda o adolescente”, revelando o caráter recente da divisão entre as etapas da vida humana.

A duração da infância era reduzida ao seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então mal adquiria um desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude [...] (Ariès, 1981, p. 9).

Nas sociedades industriais, há uma mudança na configuração social com relação à criança, pois a aprendizagem através do contato direto com a vida adulta é substituída pelo surgimento das escolas (ARIÈS, 1981). Com o movimento de moralização dos sujeitos desenvolvido pela Igreja e pelo Estado e com a conseqüente valorização da educação, a criança passa a ter uma certa centralidade na forma de organização das famílias, de modo que a ela é atribuído grande importância, demandando cuidados e atenção (ARIÈS, 1981). No entanto, tal formação escolar era, principalmente, direcionada a criação de uma ordem social baseada em valores morais. Assim, embora a criança tenha saído do anonimato e ganhado importância frente aos olhares adultos, a relação com a criança era marcada por autoritarismo independente de outros marcadores sociais.

De maneira geral, as crianças não eram vistas como indivíduos dotados de direitos, e por isso o trabalho infantil e a violência – física, psicológica, sexual e negligência - eram naturalizadas na sociedade, contribuindo para a permanência de uma cultura autoritária, discriminatória e machista (FALEIROS, 2004). Nesse cenário, a distinção entre os gêneros também significa diferentes tipos e níveis de dominação-exploração. Com o patriarcado relegando meninas e mulheres a um papel subalternizado e colocando-as como as principais vítimas da violência sexual, o caráter adultocêntrico da sociedade compunha, para as meninas, um contexto de opressão diferente da realidade dos meninos. Nesse sentido, Faleiros (2000) afirma que:

Como a exploração sexual comercial é uma atividade essencialmente econômica, entende-se que estudá-lo na perspectiva econômica pode clarificar a compreensão do processo a que estão submetidas as crianças e adolescentes que trabalham no comércio e na indústria do sexo. No entanto, a natureza sexual dessa exploração conduz, obrigatoriamente, a uma análise ideológica dessa realidade e desse conceito. Todas as pesquisas do fenômeno indicam que a grande maioria das crianças e adolescentes exploradas sexualmente são do sexo feminino e os exploradores do sexo masculino. Neste sentido pode-se afirmar que o contrato sexual firmado tem um caráter de gênero (FALEIROS, 2000, p. 20).

Por fim, como afirma a autora, ao compreender o fenômeno como algo diretamente ligado às relações econômicas, é possível apontar o sistema de produção capitalista como um dos fatores que alimentam essa exploração, tendo em vista que insere o corpo infantil feminino no mercado do sexo. Nesse sentido, Faleiros (2000) aponta a propriedade privada como geradora de lucro e acumulação que se constituem a partir da exploração da força de trabalho e a qual se configura como a base estruturante de sistema capitalista. Dentro desse contexto, o mercado do sexo, ou seja, a articulação entre comércio de sexo e a indústria pornográfica, é mantido por meio do trabalho sexual, tanto de mão de obra adulta quanto infanto-juvenil, através do qual são explorados e, a partir desta exploração, geram lucros (FALEIROS, 2002).

Em meio a este cenário, o corpo infanto-juvenil sob a atuação conjunta do sistema capitalista e do sistema patriarcal é adultizado, sexualizado e erotizado como modo de garantir e fomentar o lucro dentro do mercado do sexo e manter a hierarquização de gênero. Além disso, os aspectos particulares e característicos da infância e da adolescência, tanto no sentido biológico quanto psíquico e social, colocam estes sujeitos em disparidade com relação aos adultos. Assim, a ESCCA, necessariamente, revela uma relação de poder, o qual é exercido pelo adulto sobre a criança ou o adolescente (DA SILVA, 2014).

Segundo Nunes (2009), as relações de poder que sustentam as ESCCA compõem o processo de pedofilização, o qual integra as práticas sociais contemporâneas. De acordo com Felipe (2006), o conceito de pedofilização vem sendo empregado

[...] no intuito de pontuar as contradições existentes na sociedade atual, que busca criar leis e sistemas de proteção à infância e adolescência contra a violência/abuso sexual, mas ao mesmo tempo legitima determinadas práticas sociais contemporâneas, seja através da mídia – publicidade, novelas, programas humorísticos –, seja por intermédio de músicas, filmes, etc., onde os corpos infanto-juvenis são acionados de forma extremamente sedutora. São corpos desejáveis que misturam em suas expressões gestos, roupas e falas, modos de ser e de se comportar bastante erotizados (FELIPE, 2006, p. 216).

A partir disso, o corpo infantil é inserido dentro das dinâmicas do mercado, sendo colocados como consumíveis e desejáveis. Porém, tal prática social, quando associada ao

contexto de violência da ESCCA, evidencia uma maior complexidade, visto que contribuem para a legitimidade do fenômeno, agravando a situação de vulnerabilidade a qual as vítimas estão submetidas (NUNES, 2009).

Outro fator que se relaciona às dinâmicas impostas pelo sistema capitalista e a exploração sexual comercial é a intrínseca necessidade deste sistema de manter níveis de pobreza e exclusão social a fim de garantir a sua sobrevivência e o aumento de lucro para as classes dominantes. Nesse contexto, a situação socioeconômica na qual a criança ou o adolescente está inserido pode se tornar um fator favorável ao aumento da vulnerabilidade deste sujeito. No entanto, é necessário pontuar que a ESCCA não se restringe à realidade vivida pelos setores mais pauperizados da sociedade. Tal entendimento pode significar a estigmatização de crianças e adolescentes oriundos das classes baixas ao mesmo tempo em que invisibiliza o fenômeno envolvendo outras classes sociais.

Assim, tendo em vista todos os elementos que contribuem de forma direta ou indireta para a prática da ESCCA, entende-se que tal fenômeno se configura de maneira extremamente complexa ao resultar de diversos mecanismos de dominação-exploração. Com isso, a violência a que crianças e adolescentes estão submetidos quando inseridas nesse contexto se revela a partir de múltiplas faces, indo muito além da violência sexual inicialmente associada ao conceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de dominação-exploração aplicado em suas múltiplas frentes ao longo da história, tem evidenciado o indispensável e elevado grau de violência necessária para a manutenção de estruturas de poder exercidas pelos sujeitos dominantes na sociedade. Neste contexto, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, como uma modalidade de violência sexual, revela a intrínseca relação entre o sistema patriarcal, visto que o fenômeno vitimiza majoritariamente corpos femininos ao adultizar, sexualizar e erotizar tais corpos e o sistema capitalista, dado que sob este regime tem-se a mercantilização dos corpos de crianças e adolescentes no mercado do sexo. Assim, a partir da interação entre ambos os sistemas, aprofunda-se o nível de opressão ao qual determinados sujeitos são submetidos, de modo que, principalmente crianças e adolescentes são colocados em situações de extrema vulnerabilidade e violência, afetando diretamente seu desenvolvimento físico, psicológico e emocional.

Portanto, cabe ressaltar que o combate a prática da exploração sexual comercial está vinculado a outros problemas sociais que foram se desenvolvendo ao longo da história, como o patriarcado e o capitalismo. Assim, o tema demanda a discussão do fenômeno em sua complexidade real. Logo, compreender a exploração sexual comercial visando a erradicação da violência contra crianças e adolescentes atravessa, necessariamente, a história das mulheres e do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Outubro Revista, nº. 23, p. 33-58. 2015.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kuhner. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DE SOUZA RAMOS, Silvana. Mulheres e gênese do capitalismo: de Foucault a Federici. Princípios: Revista de Filosofia, V. 27, nº 52, p. 199 - 212. 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. 1998. In: M. F. P. Leal & M. A. César (Orgs.). Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (pp. 9-28). Brasília: CECRIA

FALEIROS, Eva. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. 1ª edição. Brasília: Thesaurus. 2000.

FALEIROS, Eva. A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no mercado do sexo. 2004. In: R. M. C. Libório & S. M. G. Sousa (Orgs.). A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais (pp. 73-98). São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. 1ª edição. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. 1ª edição. São Paulo: Elefante, 2019.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? Cadernos Pagu, Campinas, nº. 26, p.201 - 223, Jan./Jun. 2006.

LEAL, Maria Lúcia. A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe: relatório final. Brasília: Cecria, 1999.

LEAL, Maria Lúcia, & Leal, Maria de Fátima. Pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no Brasil. PESTRAF: Relatório Nacional. Brasília/DF: CECRIA. 2002.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens. 1º edição. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix Ltda., 2019.

LIBÓRIO, R. M. C. Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In: R. M. C. Libório & S. M. G. Sousa (Orgs.). A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais (pp. 19-50). São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás. 2004.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo & SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? Estudos Feministas, V. 18, nº 2, p. 547 - 566, Maio - Agosto. 2010.

MELLO, Leonardo e FRANCISCHINI, Rosângela. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um ensaio conceitual. Temas em Psicologia, V.18, nº 1, p. 153-165. 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. Estudos feministas, V. 25, nº 3, p. 1219-1237, set./dez. 2017.

NUNES, Maria do Rosário. Pedofilização e Mercado: O corpo-produto de crianças e adolescentes na era de direitos no Brasil. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. 2º edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. O Poder do Macho. 1º edição. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu, nº16, p.115-136. 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 2º edição. Petrópolis: Vozes, 1979.

SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis, American Historical Review, Vol. 91, n. 5. Também publicado em HEILBRUN, Carolyn G., MILLER, Nancy K. (orgs.). (1988) Gender and the Politics of History. Nova York: Columbia University Press, p. 2850. Versão brasileira: Gênero: uma categoria útil de análise histórica, Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SILVA, Rogério. Exploração sexual comercial de adolescentes: apreendendo o fenômeno a partir de diferentes narrativas. 2014. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SOUSA, Deliane. Sexo não é brincadeira: o sentido de infância para adolescentes inseridas na exploração sexual comercial. 2008. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SOUZA, Terezinha. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. Revista Temporalis, Brasília, V.15, nº30, p.475-494, Jul/Dez. 2016.

OLIVIO, Maria Cecília. “Das fragilidades de viver o tempo presente”: capitalismo, patriarcado e a vigência da exploração-dominação masculina. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Agradecimento

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento - processo nº2021/03781-0.